

A Música Clássica no Brasil Colonial

Julio Cezar Pecktor de OLIVEIRA

Orientador: Prof. Ms. Carlo Guimarães Monti

Área: História Cultural

Introdução

O presente trabalho visa demonstrar alguns aspectos da singular atividade musical produzida no Brasil na segunda metade do século XVIII. É sabido que a arte do barroco mineiro produziu obras hoje mundialmente reconhecidas como preciosos patrimônios da humanidade. O século XVIII foi época de mestres como Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho, e Manuel da Costa Ataíde, o Mestre Ataíde. Destacaram-se na escultura e na pintura, respectivamente. Veremos que também na música o barroco mineiro produziu arte de beleza única até pouco tempo ignorada.

Em sua obra “Música Impopular”, o maestro Júlio Medaglia reserva um capítulo para tratar do fenômeno musical ocorrido no sertão do Brasil no século XVIII. Essa música do período colonial permaneceu esquecida durante 150 anos, sendo redescoberta apenas no século XX por intermédio de um musicólogo chamado Francisco Curt Lange (alemão de origem, naturalizado uruguaio), o qual, em sua dedicada pesquisa, descobriu e resgatou em várias cidades do interior de Minas Gerais um riquíssimo legado musical deixado por compositores locais cuja atividade esteve diretamente vinculada ao desenvolvimento da Capitania de Minas Gerais durante o ciclo do ouro no século XVIII. O enriquecimento da região resultou na construção de grandes igrejas, na importação de instrumentos musicais e partituras. Logo surgiram as primeiras corporações musicais autônomas e irmandades, responsáveis pela contratação de músicos e compositores encarregados de escrever música para abrilhantar os cultos religiosos. Trata-se de obras de muita qualidade e beleza, baseadas em referenciais europeus da época – sobretudo no estilo barroco italiano – mas também adaptadas à particularidades regionais, conferindo a tais obras uma estilística própria. Segundo as análises de Curt Lange, que coletou cerca de 800 partituras percorrendo acervos públicos e particulares no interior de Minas Gerais, tivemos, em pleno sertão brasileiro, compositores mulatos de grande capacidade técnica e inventividade, verdadeiros “mestres”, destacando os nomes de José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, Ignácio Parreira Neves, Francisco Gomes da Rocha e Marcos Coelho Neto.

Metodologia

Primeiramente será explicada a localização histórica e geográfica do tema abordado e será explicado como o ciclo do ouro em Minas Gerais, e o conseqüente enriquecimento da região, ocasionaram a instalação de igrejas matrizes e irmandades, proporcionando a criação das corporações musicais – congregações de músicos e compositores encarregados da criação e execução de músicas solicitadas pelas igrejas. Essas igrejas eram redutos de fé para a população e essa ligação popular também foi transferida para a música que se escreveu naquela época. Seguirá a explanação sobre a pesquisa de Curt Lange – quando e como ocorreu e quais as conseqüências da mesma. Em seguida serão abordados alguns compositores mineiros do século XVIII, breve resumo factual de suas vidas e ilustração musical de algumas obras, explicando-se como determinadas passagens musicais simulam a participação popular, rompendo assim com algumas formalidades estilísticas tipicamente européias.

Serão evitados aspectos demasiado técnicos referentes às composições. A abordagem ficará limitada à ilustração através de trechos de músicas e breves explicações históricas, sociais e culturais.

Objetivos

A comparação radical desses compositores mineiros com os mestres europeus, sobretudo em função do estilo, é problemática. Reside aí meu particular interesse de esclarecer que a música do Brasil colonial compreende um movimento artístico singular, fruto da mistura de elementos europeus com outros elementos populares do sertão brasileiro, que resultou numa produção musical essencialmente religiosa na qual é possível observar traços da fé popular, regional, marcada por hábitos próprios como procissões e as estreitas relações dos fiéis com seus santos protetores. É meu objetivo mostrar como a música do Brasil colonial possui uma estilística própria, dotada de signos próprios, os quais eram compreendidos e decodificados por aqueles que viviam dentro daquele contexto, portanto, uma comparação com a estilística musical europeia da mesma época é imprudente e descabida.

Aspectos como: a relação escravista ainda muito presente na mentalidade da sociedade e a questão do empreendimento artesanal desses compositores mineiros subordinados ao gosto de seus patrocinadores (a igreja e a corte) serão também enfocados uma vez que são determinantes para se compreender a natureza própria da música do Brasil colonial.

Resultados

É consenso entre os musicólogos que se dedicam ao estudo da atividade musical do Brasil colonial que ainda há muito a ser pesquisado e que várias questões acerca do tema precisam ser elucidadas, sobretudo no que tange uma mais precisa classificação estilística. No entanto, a aceitação geral entre os estudiosos é de que a produção musical dos compositores mineiros é dotada de características próprias, impossibilitando a comparação com a música barroca religiosa europeia da mesma época. Portanto, como resultado dessa apresentação cabe frisar a importância de se compreender o barroco mineiro – sua música, assim como outras artes – como um movimento artístico singular, misto da síntese entre elementos oriundos da Europa com a adaptação de outros elementos populares do Brasil colônia e ainda subordinado às questões sociais e de mentalidade que se impunham à sociedade daquele momento histórico.

Referências Bibliográficas

KATER, C. **Artes – Música Colonial** – Corporações Livres de Músicos. DISPONÍVEL EM: http://www.cidadeshistoricas.art.br/hac/artmus_02_p.php

MEDAGLIA, J. O Milagre Musical do Barroco Mineiro, In: **Música Impopular**. São Paulo: Global, 2003, p.151-169.

MONTEIRO, M. **A Construção do Gosto – Música e Sociedade na Corte do Rio de Janeiro (1808-1821)**. São Paulo: Atelier, 2008, (no prelo).

TINHORÃO, J. R. In: **História Social da Música Popular Brasileira**. São Paulo: Editora 34 LTDA, 1998, p.35-55.